



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOYCE KELLY LIMA CAROLINO

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE QUEIMADAS - PB: TECENDO OS
CAMINHOS PARA A HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA**

CAMPINA GRANDE

2022

JOYCE KELLY LIMA CAROLINO

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE QUEIMADAS - PB: TECENDO OS
CAMINHOS PARA A HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador (a): Dra. Patrícia Cristina de Aragão

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C292m Carolino, Joyce Kelly Lima.

Memória e patrimônio cultural de Queimadas - PB
[manuscrito] : tecendo os caminhos para a história
local no ensino de história / Joyce Kelly Lima Carolino. -
2022.

58 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro
de Educação , 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de
Aragão , Departamento de História - CEDUC."

1. Ensino de História. 2. Memória. 3.
Patrimônio. 4. História local. I. Título

21. ed. CDD 372.89

JOYCE KELLY LIMA CAROLINO

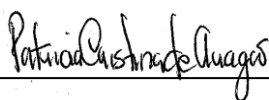
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE QUEIMADAS - PB: TECENDO OS
CAMINHOS PARA A HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura
Plena em História da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial para a obtenção do título de
graduada em História.

Área de concentração: Ensino de História

Aprovado em: 07/04/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)

Universidade estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Me. Marcila de Almeida

Universidade estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Me. Márcia de Albuquerque Alves

Universidade estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe e ao meu pai pelos seus esforços incalculáveis e pela sua crença em mim; E a todos os demais que contribuíram de forma edificante no prazeroso início desta jornada; E, acima de tudo à você, que tem interesse pelo tema, **DEDICO**.

AGRADECIMENTOS

Ao maravilhoso Deus, por ter permitido que eu tivesse perseverança e disposição para a construção deste trabalho, mesmo enfrentando um contexto tão adverso como a pandemia do COVID-19 e outros problemas de saúde.

Aos meus queridos pais Marcos Antônio e Rossilene Barbosa meu “Painha” e minha “Mainha”, meus exemplos, por toda força e compreensão, que foram cruciais para o meu comprometimento com os estudos.

Às minhas irmãs Amanda e Sophia, à minha avó Maria das Neves e às minhas primas Rayane e Emilly por aquecerem meu coração com alegria, dando força no dia a dia.

Ao meu namorado Jonathan Nunes, por todo companheirismo, carinho e apoio, me proporcionando momentos inesquecíveis e repletos de alegria e amor.

Aos meus amigos, Amanda, Marinita, e Jair, pelos momentos de descontração na vida e na academia, permitindo a tão importante suspensão do cotidiano para a restauração das forças através do afeto acolhedor.

À minha amiga Nataly e ao meu amigo Anderson, pelos momentos de companheirismo e descontração, por todo cuidado e carinho nesses tantos anos de amizade.

À professora, amiga e orientadora Patrícia Aragão pela dedicação, confiança, acolhimento e compreensão durante a minha formação acadêmica, se constituindo uma fonte de inspiração de ensinamentos, humildade e empatia.

A todas as/os professoras/es do Departamento de Licenciatura Plena em História, em especial, Hilmaria Xavier, Márcia de Albuquerque, Iordan, Socorro Cipriano entre outros que contribuíram, ao longo da formação, por meio das conversas, disciplinas e debates.

Ao professor Joabe Aguiar, como preceptor da Residência Pedagógica, que se dispôs a partilhar do seu cotidiano e de seus conhecimentos como professor da Educação Básica e a todos os alunos que tive o prazer de lecionar.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao programa Residência Pedagógica da Universidade Estadual da Paraíba, pelas bolsas concedidas que me proporcionaram melhores condições para uma maior

dedicação e aprofundamento nos estudos e inserção na prática escolar, o que resultou no interesse sobre a temática e na produção do conhecimento aqui exposto.

A todos, meu muito obrigado!

“A verdadeira viagem de descoberta não consiste em buscar novas paisagens, mas em termos um novo olhar”. **(Marcel Proust)**.

RESUMO

Este trabalho se propõe a refletir sobre o uso da memória e do patrimônio no ensino de História na perspectiva da história local. Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa aqui apresentada é discutir sobre memória e patrimônio na perspectiva da história local na cidade de Queimadas, município da Paraíba. Tal reflexão foi feita a partir da investigação do patrimônio histórico e cultural da cidade enfatizando a sua importância para a memória e a história local no ensino de História. A pesquisa se situa no campo do ensino de História com a abordagem da memória e do patrimônio material, enfatizando a importância destes para a educação escolar. Tomamos como evidências os estudos desenvolvidos por Halbwachs (2004), Hartog (2006), Choay (2006), Bittencourt (2008) e Lopes (2015). Partimos de uma pesquisa bibliográfica e documental com a utilização de fontes imagéticas através de registros fotográficos da cidade e dos seus patrimônios. Esta pesquisa nos permitiu perceber que, considerado o ensino de História, a discussão, o ensino e a aprendizagem em torno da história local, mediada pela memória e pelo patrimônio, proporcionam uma série de possibilidades para o conhecimento e reconhecimentos dos saberes locais e suas dimensões educativas, pois estes se constituem enquanto concepções significativas e estimulam e possibilitam a percepção do aluno como sujeito histórico ativo avivando sentimentos de pertencimento ao lugar em que vive.

Palavras Chaves: Ensino de História; local; Memória; Patrimônio

ABSTRACT

This work proposes a reflection on the use of memory and patrimony in History teaching from the perspective of local history. In this regard, the general objective of the research presented here is to discuss memory and patrimony from the perspective of the local history in the city of Queimadas, municipality of Paraíba. Such reflection was made through investigating the historical and cultural patrimony of the city, emphasizing its importance for the memory and the local history in History teaching. The research is located in the field of History teaching with the approach of memory and material heritage, emphasizing their importance for school education. Studies developed by Halbwachs (2004), Hartog (2006), Choay (2006), Bittencourt (2008) and Lopes (2015) were taken as evidences. We started from a bibliographical and documentary research using imagery sources through photographic records of the city and its heritage. This research allowed us to perceive that, considering the teaching of History, the discussion, teaching and learning around local history, mediated by memory and heritage, provide a series of possibilities for the knowledge and recognition of local knowledge and its educational dimensions as these are constituted as significant conceptions and stimulate and enable the student's perception as an active historical subject, enlivening feelings of belonging to the place where he lives.

Keywords: Local History teaching; Memory; Patrimony.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
IRNC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
ONG	Organização Não Governamental
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PROCA	Programa de Conscientização Arqueológica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: Mapa de Queimadas – PB
- Figura 2: Queimadas no final da década de 1970.
- Figura 3: Igreja N° Senhora da Guia nos anos de 1962
- Figura 4: Reforma da Igreja N° Senhora da Guia 1970
- Figura 5: Escola José Tavares 1937
- Figura 6: Colégio Maria Dulce Barbosa
- Figura 7: Sítio Arqueológico a Pedra do Touro
- Figura 8: Painel Esquemático do Sítio Pedra do Touro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: CAMINHOS DO ENSINO DE HISTÓRIA EM QUEIMADAS – PB	16
2.1 Sobre memória e patrimônio: trajetórias para o campo da história local	16
2.2 História local no ensino de História: uma abordagem sobre patrimônio e história de Queimadas - PB	28
3 NAS TELAS DA HISTÓRIA, AS TRAVESSIAS HISTÓRICAS DO PATRIMÔNIO DE QUEIMADAS - PB: EDUCANDO PARA A HISTÓRIA LOCAL	34
3.1 História e patrimônio da cidade de Queimadas - PB	34
3.2 O saber histórico escolar e a abordagem em torno da história local: educando pelo patrimônio de Queimadas - PB	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

A memória torna-se fator de construção e valorização da identidade histórico cultural. Quando nos referimos à memória não informando se falamos apenas da individual, podemos estar nos referindo às memórias coletivas que se constroem em relação ao seu meio e com o seu passado. Neste sentido, Nora (1993), utilizou a expressão “lugares de memória” para se referir aos locais valorosos em que se constrói a identidade individual e a coletiva, podendo esses lugares ser praças, monumentos ou edifícios de sua localidade, ou seja, esses lugares podem fazer parte do patrimônio cultural de um determinado grupo.

Partimos, então, da conjectura de que refletir acerca da memória e de sua materialização através dos bens consubstanciados no patrimônio é imprescindível no ensino de História, pois a memória esclarece os vínculos fundamentados nas experiências e nos sentidos da vida auxiliando na edificação dos conhecimentos sociais e possibilitando a construção e a valorização da identidade histórico-cultural.

Os patrimônios históricos, materiais e imateriais podem ser vistos como um meio pelo qual se torna possível a elaboração de narrativas históricas, pois são fragmentos de referência que dão indícios de uma época passada. Deste modo, são espaços ou monumentos que expressam as dimensões culturais, naturais, educativas e históricas da sociedade. O autor Choay (2006, p.11) afirmou:

Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas artes aplicadas, trabalhos e produtos e de todos os saberes humanos.

O patrimônio histórico é um bem destinado à comunidade que surge como a construção do lugar, agregando a ideia de que a ressignificação da memória se reativa a partir de um objeto. É preciso enfatizar a importância da prática do ensino de história que trilhe partindo da valorização das vivências do aluno centrada na contextualização do ensino de história local através da Educação Patrimonial. Segundo Bittencourt (2009, p.168):

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado

sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente.

Neste sentido, é primordial, discutir sobre a importância da memória e do patrimônio histórico, no ensino de história local no sentido de contribuir e provocar a participação da comunidade na identificação, reconhecimento e preservação de seu patrimônio cultural através da valorização da história do seu entorno, acarretando novos olhares sobre a localidade.

O interesse pelo tema surgiu enquanto um desdobramento da experiência como bolsista da Residência Pedagógica no subprojeto de História do Campus I da Universidade Estadual da Paraíba. Através do programa desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizada na cota 2018 e 2020, desenvolvemos a ação educativa de iniciação à docência na escola Municipal Judith de Paula Rego, no Município de Queimadas - PB. Tal vivência nos permitiu a construção de reflexões sobre memória, patrimônio e história local.

No presente estudo pretende-se refletir sobre o uso da memória e do patrimônio no ensino de História na perspectiva da história local, dando ênfase à abordagem da memória e do patrimônio material da cidade de Queimadas - PB, enfatizando a importância destes para a educação escolar e considerando a importância do ensino e aprendizagem da memória e do patrimônio na construção da identidade social, o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e a noção de proteção e cuidado para com sua própria história.

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho foi investigar o patrimônio histórico e cultural de Queimadas - PB enfatizando a sua importância para memória e história local no ensino de História, direcionando novas formas de olhar para o patrimônio bem como para a história local e incorporando a dinâmica da prática de participação de diversos atores sociais.

Para tal, o estudo teve como objetivos específicos analisar as concepções de memória e patrimônio material, focalizando a importância destes para história local e o ensino de História e história local na perspectiva do patrimônio, apresentando a sua importância no contexto da realidade educativa, e, identificar o conjunto de patrimônio material de Queimadas - PB e sua importância na aprendizagem histórica no campo ensino.

Vale destacar que o município tem um rico conjunto de patrimônio material, mas nessa pesquisa os patrimônios selecionados, foram a Igreja Nossa Senhora da Guia, o Colégio José Tavares, o Colégio Maria Dulce Barbosa, o “Ernestão”, o Mercado Público e o patrimônio Arqueológico Pedra do Touro. Consideramos estes, sobre tantos, pela importância e significação destes patrimônios materiais, naturais e educativos, mas não apenas como edificações que fazem parte: eles também compõem a história e a memória da sociedade local.

Assim, visamos problematizar de que modo o conhecimento sobre patrimônio histórico e cultural de Queimadas - PB pode contribuir no ensino de História e na memória e história local, e refletir sobre as estratégias pedagógicas que permitem pensar nas experiências e na subtração factual de parte da trajetória de um povo e de sua sociedade e a significação do lugar na formação da consciência histórica.

Esta pesquisa situa-se no campo do ensino, bem como no campo da história cultural que, nos estudos historiográficos, enriquece as pesquisas e os detalhes dentro da história da humanidade e do seu passado. Ele é também mediado pelas discussões sobre memória, patrimônio e história local, o que possibilita, no campo de ensino, a significação ao saber ensinado, e a dinamização das práticas pedagógicas no ensino de história.

Trata-se de um estudo qualitativo que parte de uma abordagem bibliográfica e documental. Para tanto, elegemos como categorias teóricas de análise: memória, patrimônio, e ensino de história local. Na pesquisa bibliográfica nos remetemos às contribuições de diferentes autores como Halbwachs (2006), Hartog (2006), Choay (2006), Bittencourt (2008) e Lopes (2015). Também nos apropriamos de outras pesquisas e estudos de pesquisadores nacionais que tiveram objetos de estudo alinhados às categorias supracitadas.

Na pesquisa documental tivemos como referências legislações constitucionais que regulamentam o patrimônio e o ensino, como os PCNs, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC Também tivemos como referência o uso de fontes imagéticas (fotografias), linguagem figurativa que informa sobre a cultura material de um determinado período e de uma determinada cultura e que atribui significados à memória e a história de uma sociedade ao passo que, como apontou Figueiredo(2007, p.5):

O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007, p.5).

Nesse sentido, o presente estudo se divide em duas fases, sendo a primeira, contemplada pelos conteúdos apresentados no tópico II, em que se buscou refletir sobre o saber histórico escolar na perspectiva da memória e do patrimônio, apresentando um debate sobre estes conceitos, bem como apresentando as suas abordagens diante das premissas do conhecimento histórico local para promover a construção da consciência histórica e identitária dos alunos e a aproximação com sua localidade.

A segunda fase se faz apresentar no tópico III, no qual apresentamos uma breve contextualização sobre a história da cidade de Queimadas - PB, exibindo os aspectos geográficos, econômicos e culturais, e fazendo um diálogo entre o seu patrimônio material e sobre como este vem se modificando ao longo do tempo. Fizemos isto através da descrição e identificação do conjunto de patrimônios materiais existentes no município e dissertando sobre a sua importância na aprendizagem e no ensino de História.

2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: CAMINHOS DO ENSINO DE HISTÓRIA EM QUEIMADAS – PB

Neste capítulo discutimos sobre o saber histórico escolar na perspectiva de memória e patrimônio, apresentando um debate sobre estes conceitos, bem como, as suas abordagens diante das premissas do conhecimento histórico local para a construção da consciência histórica e identitária dos alunos e da aproximação com sua localidade.

2.1 Sobre memória e patrimônio: trajetórias para o campo da história local

O patrimônio é constituído de testemunhos, grandes ou pequenos. Como em relação a todo testemunho, nossa responsabilidade é de saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas, além disso, nossa responsabilidade se encontra engajada em relação às gerações futuras (HARTOG, 2006, p.269, grifo nosso).

A partir da epígrafe de Hartog (2006) podemos identificar que alguns registros inscritos nos patrimônios históricos locais são enriquecedores para a valorização da história do seu entorno, contribuindo para que as comunidades percebam o patrimônio histórico escondido em suas lembranças e nos lugares onde vivem. Deste modo, se faz importante compreender o papel da memória e do patrimônio histórico no campo do ensino de história local.

Neste estudo o nosso foco foi o patrimônio material de Queimadas - PB e a importância deste patrimônio para a história local e o ensino de História, tendo em mente que a identidade surge com a exposição do lugar, correlacionando a ideia de que a ressignificação da memória se reativa a partir de um objeto, uma ação ou outros inúmeros fatores. Ademais, evidenciamos as discussões historiográficas de autores que trabalharam os temas patrimônio e história local na Paraíba.

Mobilizar a percepção em relação ao passado, buscando analisar este a partir de um tempo imediato e familiar e incorporando os patrimônios culturais, materiais e imateriais da localidade possibilita uma melhor percepção do mundo. Neste sentido compreendemos que o ensino de História é construído nos diversos espaços sociais e temporais, pois este incorpora e estabelece relações entre identidades individuais, sociais e coletivas.

Assim, é primordial discutir sobre a importância da memória e do patrimônio histórico no ensino de História, no sentido de contribuir e provocar a participação da comunidade na identificação, no reconhecimento e na preservação de seu patrimônio cultural através da valorização da história do seu entorno, acarretando novos olhares sobre a localidade.

Nesta perspectiva, refletir acerca das transformações da memória e do patrimônio da cidade de Queimadas – PB, que está localizada no Planalto da Borborema e dista cerca de 133,8 km da capital João Pessoa, possibilita uma melhor leitura do mundo social e permite a construção da aprendizagem no ensino de História. No que se refere à questão do patrimônio histórico, Queimadas possui um considerável conjunto arquitetônico que vai desde casarões nas ruas do Centro até vários prédios, antigas escolas, igrejas, sítios arqueológicos, entre outros.

A palavra memória é derivada do latim *memoriae* e, tomando por referência o que define o dicionário Aurélio, esta significa “faculdade de reter ideias, sensações, impressões, adquiridas anteriormente”. Quando nos referimos à memória, podemos falar em memórias coletivas, costumes, hábitos, saberes, comemorações, lugares, construções.

Nora (1993, p. 13), utilizou a expressão “lugares de memória” para se referir aos locais valorosos em que se constrói a identidade individual e coletiva, sendo essas praças, monumentos e edifícios de sua localidade, ou seja, esses lugares podem fazer parte do patrimônio cultural de um determinado grupo.

Deste modo, é imprescindível refletir acerca da memória e da sua materialização uma vez que esta esclarece os vínculos fundamentados nas experiências e nos sentidos da vida, principalmente dos grupos que foram esquecidos pela historiografia tradicional. A memória torna-se fator de construção e valorização da identidade histórico cultural. Quando nos referimos à memória não sintetizamos apenas a individual, podemos nos referir às memórias coletivas que se constroem em relação ao seu meio e com o seu passado. Conforme Halbwachs (2004):

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivermos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2004, p.30).

Para Halbwachs (2004) os lugares são depositários da memória coletiva de um povo. O autor afirmou: “Assim, quando retornamos a uma cidade onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos nos ajuda a reconstituir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas” (Halbwachs, 2004, p.25). Deste modo, quando recordamos os acontecimentos recorremos à memória, às lembranças, estas são, sobretudo, representações que se baseiam em testemunhos. O autor aponta que o quadro material de uma cidade nos ajuda a reconstituir as lembranças adormecidas sobre a história local. Choay (2006, p.12), ao se referir ao sentido de monumento, afirmou que “neste sentido chamar-se-a monumento a qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recorda a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”.

Pollak (1999), no entanto, apontou que o Estado, para manter uma coesão e um sentimento de pertencimento e nacionalidade, pode intervir na construção de uma memória coletiva e na preservação de alguns patrimônios. Estes podem estar ligados a algumas instâncias de poder da comunidade política, denominando um enquadramento da memória. Nesta perspectiva, nem sempre o patrimônio de uma comunidade vai se formando através de uma lembrança vivida por uma comunidade ou tem relação com seu entorno.

Os patrimônios histórico, material e imaterial podem ser vistos como um meio pelo qual se torna possível a elaboração de narrativas históricas, pois são fragmentos de referência que dão indícios de uma época passada e incorporam fragmentos e sentimentos experienciados socialmente pelo indivíduo e pela coletividade. Deste modo, são espaços e monumentos que expressam lugares de memória e constroem a cultura histórica de uma comunidade.

Com a crescente ampliação do conceito de patrimônio e interligação com a memória compreendemos que o patrimônio tem relação com os indícios resguardados do ser humano com o tempo. Gonçalves (2003) abordou o patrimônio como “categoria do pensamento”. Deste modo, para sua existência, a ele são conferidos valores nas relações sociais e simbólicas. Segundo Hartog (2006, p.265) são “formas diversas de traduzir, refratar, seguir, contrariar a ordem do tempo”.

Primordialmente, quando se refere a patrimônio, há uma associação a bens materiais, a monumentos e a edifícios de valor histórico arquitetônico. John (2012, p.79) ao escrever sobre patrimônio, o definiu “por bens materiais e imateriais impregnados de um valor simbólico para a comunidade, representa a memória que foi valorizada e materializada pelos poderes constituídos ao longo do tempo”

Assim, o patrimônio histórico e cultural de uma cidade é portador de tempo, e vivências são lugares de memória tendo um valor significativo para a construção de saberes históricos.

Vale salientar que a associação de patrimônios a bens materiais, ou seja, à sua materialidade foi norteadada pela política de preservação do patrimônio histórico pelo Estado Novo entre anos de 1937 a 1945. Este priorizava o patrimônio edificado. Souza e Crippa (2015) apontaram que o patrimônio tinha inicialmente a atenção voltada à percepção sobre como, preservá-lo, restaurá-lo, impedir sua destruição e expô-lo.

Deste modo, alguns bens culturais significativos, por não serem considerados relevantes para a época, foram “esquecidos” ou destruídos. O caráter de excepcionalidade, os critérios e as políticas de preservação do patrimônio histórico tiveram como norteamento a primeira legislação patrimonial do país, em 1937: o Decreto-lei nº 25/37. Este, em seu artigo 1º, preconiza:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Constituíam-se bens patrimoniais tudo aquilo passível ao toque, ou seja, edificado e arquitetado: “pedra e cal”, que passava de geração em geração, o que remonta à origem da palavra patrimônio, que designa herança familiar. A seleção e constituição de patrimônio passou ser uma preocupação do Estado no século XVIII, durante a Revolução Francesa, com a preocupação de proteger os monumentos históricos vinculando estes, então, a uma ideia de nação amalgamada por símbolos para constituição de uma nacionalidade (Souza, Crippa, 2015).

No Brasil a preocupação com a preservação do patrimônio e com sua importância emergiu no século XX em consonância com a Semana de Arte Moderna. Por consequência, os tombamentos realizados pelo Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional - IPHAN privilegiaram, sobretudo os monumentos representativos da arte e da arquitetura colonial.

O conceito de patrimônio foi se expandindo ao longo dos anos. Com a reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em 1972, na qual foi acrescentado o conceito de lugares notáveis, diante dos estudos das manifestações culturais, foi possível se iniciar o estudo dos patrimônios imateriais.

Nesta perspectiva o conceito de patrimônio histórico, em sua terminologia, vem sendo substituído por patrimônio cultural. Diante da expansão do conceito, o patrimônio não se restringe mais a bens materiais. Assim "se passa de um patrimônio histórico a um patrimônio social; de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado; de um patrimônio visível, material, a um invisível, imaterial" (LE GOFF, 1998, p. 11).

O patrimônio, em sua conceituação mais abrangente, contempla discussões culturais, etnológicas, materiais, imateriais, genéticas, ambientais, arqueológicas, locais, regionais, nacionais e até mesmo mundiais. Para Poulot, (1997, p. 36) "a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais" Deste modo, compreender a constituição e, conseqüentemente, a preservação do patrimônio significa conhecer a história e a memória suscitadas a partir de lembranças evocadas pela existência desse patrimônio.

Analisando as noções de patrimônio, podemos afirmar que estas ultrapassam o monumento histórico apontando para a sua dimensão social e para as suas múltiplas expressões num universo de diversidades culturais. Assim, surge a abordagem do patrimônio em sua dimensão de patrimônio natural: "monumentos naturais", termo criado por Alexandre Von Humboldt, alvejando movimentos acerca de sua proteção, sobretudo por seus valores estéticos envolvendo elementos presentes na natureza e no meio ambiente. Refletindo sobre o patrimônio cultural, que engloba o material, ecológico e a dimensão histórica vale enfatizar que a reunião da UNESCO destacou patrimônios imateriais como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, p. 2-3).

As comunidades deixam marcas no lugar onde vivem, e estas identificam a sua história individual e coletiva. O acervo cultural de uma comunidade é um referencial da sua identidade e da sua história. A partir de 1988, com a Constituição Brasileira, foi adotada a denominação “Patrimônio Cultural” com base no artigo 216, Seção II:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico,

Nesta perspectiva, o patrimônio histórico-cultural tem significação para a comunidade, pois os lugares são depositários da memória coletiva e esta “a memória coletiva não é ressurreição ou um reviver puro do passado enquanto tal, mas sim reconstrução em função do presente” (HALBWACHS, 2006, p.40).

A significação do patrimônio não está resumida no concreto, tão somente na arquitetura e na compreensão do passado deste modo. É possível afirmar que o patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial é sustentáculo de memórias. O estudo acerca dos patrimônios locais como os lugares de memória é importante para construção de saberes históricos, pois possibilita a interpretação dos acontecimentos históricos de seu contexto sociocultural, político e ideológico, permitindo também o acesso à cultura e à história local.

Destarte, as discussões sobre patrimônio foram se diversificando ao longo dos anos. Inicialmente compreendemos que o patrimônio passou a ser símbolo de uma unidade nacional a partir da década de 1930; nesta época se tinha como objetivo fomentar a construção da memória e de uma imagem oficial. Deste modo, discutir a construção do patrimônio é articular esta construção ao estudo da cultura material. Fracoise Choay (2006, p.11) define patrimônio histórico, vejamos:

Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituindo pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum:

obras e obras primas das belas artes aplicadas, trabalhos e produtos e de todos os saberes humanos.

O patrimônio histórico é um bem destinado à comunidade, que surge com a exposição do lugar, agregando a ideia de que a ressignificação da memória se reativa a partir de um objeto.

No século XIX a discussão de patrimônio estava interligada aos bens palpáveis, associados aos edifícios religiosos e às formas de arte eruditas. O patrimônio cultural material foi abrangendo, ao longo dos anos, outras categorias: além dos bens materiais o patrimônio se expandiu para bens arqueológicos, paisagísticos, etnográficos; históricos; belas artes e artes aplicadas.

Os elementos concretos de uma sociedade que representam sua história e sua cultura material foram classificados segundo o IPHAN (2014), em bens imóveis: núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, e em bens individuais e móveis: como coleções arqueológicas, coleções, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticas, videográficos, fotográficos, ou seja, aqueles que podem ser transportados.

Problematizar a constituição de bens materiais de uma sociedade é de extrema importância. A este respeito Funari (2003, p.06) apontou que “[...] o inventário de bens continua a privilegiar essas imagens maiorum”. Lanni (1988) escreveu que se considerava patrimônio a arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à camada superior em geral.

Deste modo, o patrimônio não se apresenta apenas como memória, ele se apresenta também como esquecimento. Os monumentos considerados como patrimônio pelas instituições oficiais, segundo Durham (1984, p.33), são aqueles relacionados à “história das classes dominantes, os monumentos preservados são aqueles associados aos feitos e à produção cultural dessas classes dominantes”. Inicialmente a política de preservação preservou a casa-grande e as igrejas barrocas relegando as senzalas, as comunidades e bairros ao esquecimento.

Bruno C. (1991, p.3) ao refletir sobre a preservação mostrou que: “Patrimônio, para Paulo Duarte, era visto com muita abrangência. Sinônimo de qualidade de vida, pesquisa e ensino, erudito e popular, antigo e moderno e, acima de tudo, preservação para a informação”. As práticas de preservação no Brasil

surgiram no ano 1922, na Semana de Arte Moderna, tendo como um dos precursores Mario de Andrade:

[...] Foi somente na década de 1920, entretanto, que o clamor pela preservação de monumentos e objetos de valor histórico e artístico começou a ser considerado politicamente relevante. Essas reivindicações desembocaram na criação do serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Na América Latina, o Sphan foi o primeiro instituto fundado com o fito de preservar e proteger o patrimônio material. Em 1970, no auge da Ditadura Militar, ocorreu a transformação do Sphan em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (VOGT, 2008, p.22).

Diante da importância da preservação e ampliação das discussões acerca do patrimônio cultural, o estudo da cultura material apresentou novas nuances que enriqueceram este campo de estudo. Uma destas é a Arqueologia trabalhada sob o conceito de cultura arqueológica, inserida em um conjunto de artefatos semelhantes, da época que representaria.

O patrimônio arqueológico “brasileiro”, segundo Menezes (2003, p.34) compreendia os vestígios arqueológicos indígenas, depositários de signos de primitividade ou de civilização, e eram observados em seu potencial para compor uma genealogia da nação, o que configurava a materialidade tangível de seus testemunhos.

A partir do conceito de referência cultural foram elaboradas novas exigências institucionais, culminando no surgimento de outros modos de conhecer os bens culturais e instrumentos de proteção, como o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC¹ e o Decreto-Lei nº 3551, de 2000 que institui o registro dos Bens culturais de natureza imaterial.

O conhecimento das referências culturais de uma comunidade permite identificar valores atribuídos ao bem cultural, tombado ou não, até então desconhecidos. Deste modo, o registro e discussão possibilitam o reconhecimento de um determinado valor do patrimônio para a comunidade.

Pereira (2014) destacou que para um lugar ser considerado um possível patrimônio cultural imaterial há que se analisar o mesmo. Ela parte das visões da

¹ INRC – O Inventário Nacional de Referências Culturais é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social.

geografia humana e do urbanismo no que diz respeito às reflexões sobre espaço urbano, para a mesma este lugar deve ser permeado de fatores simbólicos. Na esteira desta discussão o IPHAN (2006, p.39) apontou que um lugar somente pode ser considerado como passível de registro como patrimônio cultural imaterial, quando uma população lhe atribui importantes significados culturais, que estão vinculados à sua história, à sua mitologia e à sua própria identidade cultural.

No campo geográfico a perspectiva de lugar, ganhou destaque a partir de 1960 e 1970, tendo como um dos precursores o geógrafo Yi-Fu Tuan que conceituou “topofilia”, um neologismo criado por ele e definido como sendo “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, ou seja, como experiência pessoal” (TUAN, 1983, p. 5). Deste modo a concepção de lugar se impõe na importância de conservação dos aspectos históricos e culturais.

Em relação aos bens culturais imateriais, estes estão relacionados às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas cênicas, plásticas, músicas ou lúdicas, e nos lugares como, por exemplo, mercados, feiras e santuários, que abrigam práticas culturais coletivas. Assim, o patrimônio deve dialogar com o contexto social e cultural de uma sociedade, ou seja, a cidade tem o dever de manter suas referências culturais.

Observamos que as referências culturais são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de “raiz” de uma cultura (IPHAN, 2000, p. 29). Alves, Deus e Nogueira (2012, p. 6-7) apontam que estas podem “instigar o sujeito a se sentir presente na história, seja pelas festas solenes, desfiles, monumentos, livros de história que (en)cantam o retrato de seu lugar”, pois estes fatores promovem, de fato, o respeito que surge no cidadão em relação ao seu local de origem.

Este aporte conceitual acarretou na transformação da noção de patrimônio. O IPHAN definiu as seguintes categorias e suas abrangências para bens culturais:

1. Celebrações. Nesta categoria incluem-se os principais ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário [...]
2. Formas de expressão. Formas não-linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais (individuais ou grupos) reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas, padrões de qualidade [...]
3. Ofícios e modos de fazer, ou seja, as atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade [...]
4. Edificações. Em diversos casos, estruturas de pedra e cal estão associadas

a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de certos lugares. Essas representações as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, muitas vezes independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. 5. Lugares [...] Eles podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade (IPHAN, 2000, p. 31-32).

Estas multinarrativas sobre patrimônio reformulam o foco sobre o bem material isolado e transferem o olhar para a concepção de referência cultural que inclui, além das construções, a experiência e a ação ali realizadas, evidenciando a influência mútua entre a materialidade e os valores afetivos e simbólicos. Portanto, um lugar pode representar referência cultural e refletir como fragmento da memória.

Compreendemos que as inclinações que envolvem o patrimônio como um todo são dispares. Desta forma, o processo de ressignificação do patrimônio está entrelaçado à construção de um legado de social, cultural e étnico de uma sociedade, atrelado a uma temporalidade, a um lugar que denota as transformações da sociedade. Segundo Ferreira (2015), na obra intitulada *O Patrimônio Cultural Pernambucano nos Livros Didáticos de História Regional :Tecendo a Formação Histórica nos anos iniciais da educação básica* (2015, p.57-58):

O patrimônio se caracteriza essencialmente pela carga simbólica que o acompanha, ele é um artifício de legitimação da história e da cultura de um lugar que lega criações históricas, produtos de experiências particulares de homens e mulheres no seu contexto e tempo de vivência.

Em contrapartida, Silva (2015, p.93), em seu trabalho intitulado *Patrimônio: Herança ou Interesses? Um Estudo sobre a Política Cultural Aplicada ao Patrimônio Cultural de Pernambuco (1979-2010)* apontou que a proteção do patrimônio cultural brasileiro se deu pela constituição de um espaço para intelectuais no governo para acessos às funções remuneradas e ao abrigo de imposições ideológicas e consolidação da instituição do Estado. Desta forma, é de extrema importância se debruçar sobre a noção de patrimônio cultural, de como este é historicamente constituído e como tem se transformado ao longo do tempo.

Diante desta discussão, patrimônio tem vários significados: valores e bens que correspondem a referências culturais característicos de singulares de cada localidade são patrimônios. Deste modo, história local e patrimônio histórico cultural são complementares. O lugar, enquanto objeto de estudo e produção histórica quando da escolha das fontes, passou a ser alvo de estudo de inúmeros

historiadores. Segundo José D' Assunção Barros (2010, p.232-233): “Toda ‘região’ ou ‘localidade’ é necessariamente uma construção do próprio historiador. Se ela vier a coincidir com uma outra construção que já existe em nível administrativo ou político, isso será apenas uma circunstância”.

Macedo (2015) procurou mostrar que a história local pode operar enquanto uma abordagem que privilegia um recorte espacial microlocalizado, mas que não perde seus nexos com outros tempos e espaços, ou seja, que tem seus desdobramentos locais conectados com acontecimentos nacionais e globais.

Desta forma, conhecer a história local e os patrimônios culturais constituídos é um dos pré-requisitos para se compreender os processos históricos e para promover o fortalecimento das identidades das pessoas para com os lugares onde habitam. Neves (1997) observou também a importância de conhecer quem produz a história local e qual o público alvo uma vez que:

Quantas obras, rotuladas de histórias locais, não são apenas listagens de cidadãos ilustres, nascidos naquele lugar (mesmo que daí tenham saído crianças e nunca mais retornado)? E o que dizer das histórias de Municípios, que apenas fazem cronologia das gestões administrativas e, de preferência, dos prefeitos do partido que está no poder? (Neves,1997, p.24).

Acreditamos que ao se remeter a um dado lugar, tomamos como evidências traços de memória a ele relacionados, desta maneira, compreendemos que a história local e o patrimônio são formadores de significados e de identidade.

Pequeno (2014) em sua obra *Práticas Preservacionistas na Esfera do Patrimônio Arqueológico de Queimadas - PB* apresentou o patrimônio da cidade a partir da importância dada aos sítios arqueológicos enquanto patrimônio cultural, através da educação patrimonial do Município.

A cidade de Queimadas se situa na serra de Bodopita ou serra de Queimadas, como é conhecida. Esta possui inúmeros sítios arqueológicos com inscrições rupestres que datam de mais de três mil anos. Além de sítios arqueológicos, o município possui edificações urbanas, muitas delas remontando a fins do século XIX e início do XX: o largo da Matriz, a Igreja Nossa Senhora da Guia, a Escola José Tavares, o Colégio Maria Dulce Barbosa, o antigo “Assissão”, a Escola Francisco Ernesto do Rêgo, entre outras. Voltando-se para o patrimônio arqueológico da cidade, o autor Pequeno (2014, p.12) definiu:

Patrimônio arqueológico pode ser compreendido como todo vestígio histórico ou “pré-histórico” que conta parte da história dos nossos antepassados, vestígios esses que não foram modificados que parecem autênticos.

Ademais, segundo Pequeno (2014), são encontradas pinturas rupestres nos sítios arqueológicos: Malhada Grande, Gravatá dos Trigueiros, Gravatá de Queimadas, Guritiba, Pedra dos Vidinhas, Pedra do Touro, Zé Velho, Castanho e Itacoatiara dos Macacos. Todos com notáveis registros. Embora tenham um imenso valor histórico, cultural e de memória, observa-se que estes patrimônios culturais há anos vêm sendo depredados ou estão alheios a população, que desconhece seu real valor. Deste modo, sensibilizar para a necessidade de se preservar uma parte significativa da história, bem como conhecer o patrimônio e a história local é de suma importância.

Pensar a memória e o patrimônio material de Queimadas como educativo se mostra um viés importante para educar a partir do ensino de história local e de educação patrimonial, a fim de conscientizar a população da importância de conhecer a cidade. E a escola e o ensino de História tem um papel relevante neste aspecto porque contribui para proporcionar uma leitura do mundo que transporta a situações cotidianas e à inserção da própria população como personagem da história.

A inserção da temática local bem como do patrimônio cultural e da memória no ensino de História evidencia uma construção de historicidade e do conhecimento histórico a partir destas perspectivas. Concordamos com Caimi (2010, p.10) quando afirmou que:

É no tempo e no espaço vividos que são ancoradas as suas primeiras percepções do mundo e também suas primeiras referências acerca da história. Assim, as propostas de história para tais níveis tomam como ponto de partida os saberes dos estudantes e da cultura escolar, fazendo-os dialogar com os fragmentos de memória da comunidade para se aproximar da história viva, vivida.

Assim, o contato dinâmico do aluno com a própria história local, a partir da interface entre a memória e o patrimônio gera curiosidade e interesse, mas, sobretudo, permite novos aprendizados sobre a história local e sua importância formacional a partir das práticas escolares no ensino de História. Desta forma, o alinhamento dos debates entre história local e patrimônio cultural contempla um processo educativo e um fazer pedagógico que abrange perspectivas relacionadas

aos processos identitários, à memória e à resignificação e preservação do espaço vivido. Com isto é possível transformar a percepção do aluno com relação ao passado e refletir sobre a relação deste com sua própria história de vida.

2.2 História local no ensino de História: uma abordagem sobre patrimônio e história de Queimadas - PB

Produção histórica dos lugares. Com essa expressão refiro-me às práticas sociais, culturais e políticas com as quais determinadas populações recriam incessantemente o universo de suas relações circunscritas em relação às demandas do mundo externo e as organizam no espaço imediato (TORRE, 2020, p. 73).

A concepção de história local ainda é controversa. Incorporada pelas novas tendências historiográficas, indaga-se em qual campo ela está inserida. Esta discussão remete-se à historiografia e à multidiversificação de modalidades internas do saber histórico.

Segundo Torres (2010) o local está circunscrito na sociedade em suas práticas sociais. A etimologia da palavra lugar nos leva ao latim *localis* que, no dicionário Aurélio, é apresentado como sinônimo de lugar, diz respeito a um sentido relativo a determinado lugar.

Na narrativa histórica se toma o lugar como objeto e referência do conhecimento, o local seria um recorte eleito por aqueles que desejam refletir sobre as experiências em um espaço delimitado. Para o sociólogo e urbanista Francês Alain Bourdin (2010), o “local” é um lugar de sociabilidades, marcados pela proximidade e pela contiguidade das relações entre sujeitos que as estabelecem. Assim, é possível estabelecer o local como um lugar político-administrativo e como uma instituição.

Deste modo, o recorte local, na produção do conhecimento histórico, possui dimensões e significados amplos e limites que se recortam e se superpõem possibilitando a inserção de diversos conjuntos espaciais, físicos, econômicos, culturais e ideológicos e permitindo também a integração do estudo dos lugares com os sujeitos sejam estes culturalmente ou socialmente postos à margem, e permitindo também o reconhecimento do papel das diversas sociedades na construção histórica que se forma, entrelaçada nas dimensões nacional, regional e local.

A importância dada pela história aos acontecimentos locais foi incorporada às tendências historiográficas que dialogam entre si como a história das mentalidades, a história social e também a micro-história italiana, surgida no final do século XX, pretendendo, a partir de um ponto de vista particular, construir outra história, reduzindo o campo de observação e integrando diferentes dimensões.

Uma das principais obras que remete a uma pesquisa e uma construção histórica local baseada no procedimento analítico da micro-história, pautado em temporalidade e espacialidade histórica, foi escrita pelo historiador Ginzburg. Em sua obra *O queijo e os vermes*, de 1987, o autor investigou o cotidiano de um moleiro italiano do século XVI que foi perseguido pela Inquisição. Esta pesquisa girou em torno de um indivíduo, seu espaço e o cotidiano. Através desta obra o historiador conseguiu revelar as características da cultura popular e sua subsequente circularidade entre as classes sociais.

A história local transita pelos documentos: experiências compartilhadas, como cartas, fotografias, diários, coleções de discos, álbuns de família. Esses arquivos “da vida diária”, conforme denominou o historiador francês Philippe Artières (1998), guardam experiências individuais e coletivas que constroem um determinado tipo de conhecimento, capaz de dar sentido às experiências individuais e também às experiências coletivas de uma dada comunidade, relacionando-as com histórias mais amplas.

Certeau (1988), afirmou que assim como o trabalho historiográfico se realiza num lugar “lugar de produção”, o acontecimento histórico também ocorre em determinado local, e isto será determinante para a modelagem da história em construção. Deste modo, ao direcionar o foco de sua análise, reduzindo a escala de observação, o pesquisador possibilita a percepção de singularidades existentes na localidade. Em sua obra *A Invenção do Cotidiano*, Certeau (1998) contribuiu fazendo a adequação do cotidiano aos estudos históricos. Salientando a importância deste como esfera passível de investigação do presente e do passado.

Segundo Nunes (2021) no Brasil se observa que, o registro da História Local tem suas raízes na obra dos cronistas e viajantes do período colonial, que diariamente deixaram em seus escritos as impressões e a descrição sobre a colônia e seus lugares. Entretanto, no século XIX, surgiram os eruditos e os memorialistas que escreveram sobre as diversas localidades.

Vale destacar que, nos espaços históricos locais, inicialmente buscava-se estabelecer uma identidade nacional brasileira que contemplasse mecanismos de homogeneização, pertencimento e nacionalidade. Esta concepção priorizava os aspectos político-administrativos e econômicos. Os estudos da história local foram se ampliando, sobretudo na década 1970, que proporcionou novas óticas de análise para a histórica local e nacional.

Enfatizamos que há maneiras de ler e interpretar o tempo por meio dos vestígios mobilizados, pois conforme retratou Cavalcanti (2019), a configuração local mantém proximidades e também distanciamentos com a chamada história nacional. Deste modo, apesar de tratar de temas cotidianos, a abordagem em torno do espaço do local consiste numa construção histórica a partir de um recorte/ escala específica. A concepção teórica e metodológica da história local não se faz isolada do contexto histórico mais global, no entanto, propõe, como agentes centrais para processo de construção histórica sujeitos vivos da localidade. Segundo Nunes (2021, p.4).

[...] o homem, de uma maneira geral busca, no seu lugar, as respostas para os porquês de sua existência, a explicação das questões que lhe são próximas e as razões que expliquem a sociedade na qual se insere. Interessa-se pela história que gira em seu entorno, que na ponta da linha é a História Local.

Na história local estão presentes as manifestações culturais dos grupos formadores das comunidades, ou seja, suas representações, valores e tradições, e essas manifestações, por sua vez, vêm à tona através de ações que permeiam o universo da memória. A reconstrução da memória, bem como do conhecimento histórico local leva ao indivíduo a compreensão do processo sociocultural e da trajetória espaço-temporal em que está inserido. Constantino (2004, p.221) apontou que:

Conhecer realidades do processo histórico local e regional é indispensável à construção da identidade do grupo humano. Além disso, satisfaz a necessidade de entender aquilo que está próximo de nós, diretamente relacionado à nossa vida social, econômica e cultural.

Um dos princípios constitutivos da história local consiste em possibilitar um olhar indagador sobre o mundo do qual cada sujeito histórico faz parte no intuito de saber sobre o sentido das experiências vivenciadas no cotidiano. Deste modo, a história local, em sala de aula, propicia a construção do saber histórico-escolar, tendo o local como referência e também permite a compreensão e o próprio

entendimento acerca da sociedade em que vivemos. O estudo do local é mais que um recorte de um todo: o lugar é conjunto de experiências individuais e coletivas dos sujeitos, onde se desenvolvem relações favorecendo um diálogo entre passado, presente e futuro. A autora Barbosa (2015, p.59) apontou:

A história local situa-se, assim, como possibilidade de questionamento sobre a forma como os homens têm-se organizado ao longo do tempo para produzir as condições sociais e materiais de existência, bem como de sua organização social e participação política, levando-o à ação no meio em que vive, e, dessa forma, inserindo-o na conjuntura da história total.

Os trabalhos que versam sobre o ensino de história local refletem em torno da inserção do aluno na comunidade da qual ele faz parte, no sentido deste criar a sua própria historicidade e produzir a identificação de si mesmo e do seu redor. Segundo a autora Bittencourt (2009, p.168):

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente.

Deste modo, o ensino de História, bem como o ensino de história local, possibilita ao aluno reconhecer-se como sujeito histórico capaz de relacionar o conteúdo investigado com o conteúdo exposto em sala de aula. E, ao escutar os pais e os avôs, os moradores em geral relataram as transformações e a história da cidade eles tem a possibilidade de visibilizar a história outrora negada.

Nessa perspectiva o ensino e a pesquisa acerca da história local fazem uso recorrente da memória, ou seja, estão interconectados. A memória constitui uma fonte documental, ou objeto de pesquisa. Para a autora Circe Bittencourt (2009, p.169), “a questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local”. Assim é preciso identificar a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, a do trabalho, a das festas, a da praça, a da comunidade como um todo.

O ensino de História, a partir de 1980, após o regime militar, passou por reconfigurações nas quais foram incluídas novas propostas no currículo para as escolas de primeiro e segundo grau (atualmente ensino fundamental e médio). Este

currículo se propôs a ofertar novas condições de estudo, isto é, assuntos respaldados sobre vários eixos temáticos para um público escolar diversificado.

A perspectiva era trabalhar os conteúdos históricos a partir de novas abordagens de linguagem. Ademais, a autora Maria Auxiliadora Schmidt (2007) apontou que as discussões acerca história local aparecem nas reformas curriculares de 1930 e no parecer de 853/71², que faz referência à história local como recurso didático fundamentado na Lei n° 5.692 de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para ensino do 1° e 2° graus.

Viana (2016) mostra que a História, a partir do local surgiu mediante ao movimento Norte-Americano chamado Escola Nova, cuja atuação passou a questionar o estudo exclusivo do passado em detrimento das sociedades, contemporâneas. Os temas eram associados a datas comemorativas e temas essencialmente políticos em que os alunos recorrem à técnica de memorização.

Na segunda metade da década de 1990, o Ministério da Educação publicou uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 1996, e nela determinou a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs em 1998. Após a promulgação destas mudanças, foi determinado ainda que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum. Acerca destas novas abordagens curriculares Bittencourt (2018) destacou:

Os currículos produzidos após a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, assim como as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 (PCN – Brasil, 1998) se estenderam para todos os níveis de ensino e de sistemas escolares, incluindo escolas das comunidades indígenas e quilombolas. Constata-se que houve mudanças significativas pela introdução de novos conteúdos históricos com base em seu compromisso de formação de uma cidadania democrática (BITTENCOURT, 2018, p.142).

As propostas curriculares propuseram que o ensino não tivesse como meta o mero acúmulo de informações, mas que trabalhasse a formação integral dos alunos tendo em comum uma base nacional, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento. Desta forma, para organizar os conteúdos de História, os PCN's trabalham com eixos temáticos.

Para o Ensino Fundamental o documento sugere quatro eixos temáticos. No primeiro ciclo (1ª e 2ª séries), a proposta é “História Local e do Cotidiano” escolar

² O parecer 853 do Conselho Federal de Educação, de 1971 implantou, a partir novas perspectivas historiográficas, os Estudos Sociais como função integradora no ensino do primeiro e segundo grau.

por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996, artigo 26).

O ensino de história local, desde publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997, tem sido considerado como conteúdo importante na educação escolar que já deve começar na disciplina de História para os anos iniciais do ensino fundamental, se estendendo também para os anos finais.

A Base Nacional Comum Curricular propõe conteúdos e aprendizagens essenciais que os alunos e os professores devem desenvolver ao longo dos anos da educação básica. É conferido ao ensino fundamental dos anos iniciais a tarefa de desenvolver a ideia de uma ampliação das aprendizagens aprendidas anteriormente, ampliando também a autonomia intelectual e os interesses pela vida social. Além disso, propõe, nos anos iniciais o estudo das identidades, a questão de transformações da própria cidade, questões que envolvem patrimônio e memória.

Deste modo, a BNCC reforça a ideia de retomar e ressignificar as aprendizagens do ensino fundamental nos anos iniciais, bem como trabalhar o desenvolvimento de assuntos que condizem com a história local, no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes. Fundamentando o ensino em conteúdos essenciais ratificando:

Trata-se, portanto, de compreender como as identidades e as diferenças são construídas e que mecanismos e instituições estão implicados na construção das identidades, determinando a valorização de uns e o desprestígio de outros. É nesse contexto que emerge a defesa de uma educação multicultural (BRASIL, 2010, p.4).

No entanto, embora esteja promulgado em lei e apesar do surgimento de inúmeras propostas curriculares estaduais e municipais que introduzem o ensino de história local como eixo de ensino para disciplina, tais orientações não se traduziram em livros didáticos ou apoio qualificado. A oferta da história local ou dos temas transversais raramente é aplicada em escolas de rede básica do ensino, por justificativas de carga horárias, ou, quando apresentado, apresenta uma lacuna de fontes apropriadas.

3 NAS TELAS DA HISTÓRIA, AS TRAVESSIAS HISTÓRICAS DO PATRIMÔNIO DE QUEIMADAS - PB: EDUCANDO PARA A HISTÓRIA LOCAL

Neste capítulo apresentaremos uma breve contextualização sobre a história da cidade de Queimadas - PB, apresentando os aspectos geográficos, econômicos e culturais, fazendo um diálogo entre o seu patrimônio material e como este vem se modificando ao longo do tempo. Faremos isto através da descrição e identificação do conjunto do patrimônio material existente no município Queimadas - PB e apresentando a sua importância na aprendizagem e no ensino de História.

3.1 História e patrimônio da cidade de Queimadas - PB

Figura 01: Mapa de Queimadas - PB



Fonte: Blog Queimadas em foco
<https://qqueimadasfmemfoco.blogspot.com/>
Acesso em: 10 jan. de 2022.

O município de Queimadas está localizado na região geográfica do Planalto da Borborema, na mesorregião do agreste paraibano e na microrregião de Campina Grande, da qual faz parte. “De acordo com o IBGE (2010) a mesma possui as seguintes coordenadas geográficas: 7°21’05 latitude sul e 35°54’02” longitude oeste, totalizando uma área correspondente a 409,293 km². Limita-se intermunicipalmente: ao norte com Campina Grande (15 km); ao sul com Barra de Santana (22 km) e Gado Bravo (23 km); ao leste com Fagundes (14 km); e a oeste com Caturité (18 km). O mesmo dista 133 km capital de João Pessoa (LOPES, 2015, 210).

Segundo os dados do IBGE (2021) Queimadas tem aproximadamente 44.388 habitantes. O município apresenta um solo predominantemente arenoso, pedregoso e rochoso, com substrato de gnaiss e granito. A cidade de Queimadas – PB, ou a conhecida serra de Bodopitá, foi fundada em 1712, data em que foram concedidas a terras, pelo sistema de sesmarias³ ao bandeirante Pascácio de Oliveira Ledo, membro de uma das principais famílias colonizadora do sertão paraibano.

Sobre a origem do topônimo da cidade, Pequeno (2014) apontou que a cidade Queimadas - PB inicialmente tinha o topônimo de Tataguassú, termo de origem Tupí que significava “fogo grande” em referência ao fogo posto na mata por Pascácio de Oliveira Ledo e seus homens. Atear fogo na vegetação era uma prática comum na época, com o objetivo de obter melhor passagem, bem como a queima de uma cactáce /a conhecida como Macambira que servia como alimento para o gado. O autor afirmou que a cidade de Queimadas - PB só recebeu este nome definitivamente no século XIX.

Em contrapartida, Lopes (2015) afirmou que já havia menções à localidade como “sitio das Queimadas” em 1700, com a instalação dos primeiros colonos, sendo este termo mencionado em registros de livros e jornais, a exemplo do jornal “Gazeta do Sertão”. O autor enfatizou que o Termo Tataguassú só apareceu em 1943, através do Decreto de Lei Estadual nº 520 que fixou que nenhuma localidade, nas unidades de Federação poderia ser homônima, e os nomes repetidos⁴, dentro do mesmo Estado, prevalecendo os nomes mais velhos em relação aos mais novos, que tinham que ser substituídos. Esta substituição deveria estar ligada à história da cidade, aspectos geográficos, tradições, elementos ou termos indígenas (CÂMARA, 1997).

Deste modo, a mudança da nomenclatura da cidade para Tataguazú só vem a ocorrer em 1943, segundo Lopes (2015) o Brasil estava no período do Estado Novo de Vargas e vivia o ufanismo e autoafirmação nacional, após a Semana da Arte Moderna de 1922. O uso do Tupi estava em ascensão retratando a busca por

³ O nome dado às terras que, na época do império o Rei de Portugal cedia aos agricultores, que eram os sesmários para plantar e cultivar e pagava-se uma parte do que se produzia ao rei, esta tinha como principal objetivo de repovoar os interiores.

⁴ Na época havia seis localidades com a mesma nomenclatura: a cidade Queimadas (BA), Queimadas (PB), Queimadas (PR), Queimadas (PE), fixando a cidade Queimadas (BA) uma vez que a mesma era constituída como cidade mais antiga (IBGE, 1940).

aspectos que caracterizassem/pertencessem ao país. Assim, o sentimento de pertencimento de um sujeito a um grupo, tanto por proximidade quanto por vínculo racial, linguístico ou histórico, acarretou em inúmeras mudanças nacionais e municipais. Segundo Lopes (2015, p.19):

Tataguaçu de tatá= fogo e Açú= grande é uma tradução mal feita de Queimadas. até aonde se sabe os tupis nunca viveram nesta parte da Paraíba e a nação indígena que habitou essa região foram os Cariris, assim um termo tupi é incabível nesse contexto.

Embora haja essa problemática acerca da nomenclatura Tataguaçu, que se tornou um termo histórico para a cidade, esta denominação não foi apropriada pelos moradores e, em 1948, a localidade voltou à antiga denominação: Queimadas. Ademais, aponta-se que o início do povoamento da cidade se deu a partir de algumas fazendas ou grandes propriedades adquiridas. Freitas (2010, p.28) indicou que “As primeiras fazendas a ocupar o espaço urbano de Queimadas chegaram no século XIX, entre elas destacaram as famílias Tavares e Muniz”, após alguns anos chegaram outras famílias: Andrade, Lopes, entre outras, dando início ao povoamento da cidade.

No que se refere a Queimadas, o desenvolvimento desta localidade desde sua trajetória, entre povoamento, distrito e cidade não há uma data precisa. Segundo o historiador Epaminondas Câmara, em *Datas Campinenses* o povoamento iniciou-se entre 1875 a 1888 (CÂMARA, 1988, p.63). A cidade partiu inicialmente como ponto de apoio ou pouso de almocreves, surgidos com as primeiras fazendas de algodão. O autor Lopes (2015, p.12) evidenciou outra hipótese: que o início efetivo da povoação de Queimadas - PB se deu a partir da construção de um cemitério, construído para sepultar as vítimas da Coléra Morbus⁵ em frente a este, posteriormente, no pé da serra começaram a serem erguidas as primeiras casas do futuro povoado.

A cidade apresentou um grande índice de migração com a atividade econômica do algodão e também por possuir água nas serras. Segundo Santos (2019), a cidade deu início ao desenvolvimento devido à necessidade de trabalhadores da rodagem, em 1943, a estrada de Boqueirão-PB, em 1952 e da

⁵ Doença que atingiu fortemente a região em 1856 e em 1862, deixou inúmeros falecidos, foi agravada pelas condições de higiene da época.

construção da BR104, no ano de 1973. A figura 02 mostra a cidade de Queimadas-PB no final da década de 1970, e suas primeiras edificações.

Figura 02: Queimadas no final década de 1970



Fonte: Blog Tataguaçu

<https://tataguassu.blogspot.com/search/label/Hist%C3%B3ria>

Acesso em: 10 jan. 2022.

Pequeno (2014) enfatizou que a área que atualmente configura a cidade de Queimadas - PB pertencia à região de São João do Cariri, ao qual deu ensejo à Campina Grande, que foi emancipada em 1864 e que cedeu áreas ao lugarejo de Queimadas. O lugarejo foi declarado povoado em 1882 e, na década de 1920 passou a constar como Distrito de Campina Grande.

Conforme os registros históricos acerca da cidade, em dezembro de 1961 ocorreu a emancipação política de Queimadas – PB, através da Lei nº 2.622, tendo como primeiro prefeito Lourival Barbosa. Ademais, Santos (2019) evidenciou que os anos de 1990 marcaram o início de transformações na cidade, com o surgimento de novos bairros e escolas, assim como o comércio que ganha novas lojas, conduzindo a cidade para inovações e perspectivas de modernidade.

Freitas (2010) apontou que a cidade vivenciou muitas transformações no cotidiano quando da chegada da água encanada e da energia elétrica, configurando estes símbolos uma marca da modernidade para a cidade, pois houveram inúmeras mudanças comportamentais. Atividades como tomar banho no açude, lavar roupas, dar águas aos animais, pegar água nas cacimbas, aos poucos foram sendo

substituídas, havendo uma nova organização do horário de acordo com o funcionamento da energia. Desse modo, a cidade foi vivenciando os símbolos do moderno, e se transformando.

Voltando a discussão para o povoamento e a constituição de espaços e instituições, de acordo com Lopes (2015) no século XIX foi construída a primeira capela na cidade de Queimadas. Esta fazia parte da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, da cidade Campina Grande-PB. Somente entre os anos de 1944 e 1945 foi fundada a Paróquia Nossa Senhora da Guia, santa que é padroeira da cidade, tendo como seu primeiro Vigário Padre Oscar Cavalcante de Albuquerque e, posteriormente, os padres Saul Domingos Sombrio (João Bosco), Antônio Lisboa da Graça, Valdir Campelo Cabral e Dorivaldo de Souza.

Lopes (2015) pontuou que o padre Oscar deu início às construções e reformas na igreja a princípio com configurações reduzidas, sem portas, bancos ou janelas. O até então pároco mobilizou a comunidade para dar início à construção da igreja que constituiria atualmente uma das edificações mais antigas da cidade. A figura 03, abaixo, nos mostra a Igreja de Nossa Senhora da Guia, um patrimônio material religioso que compõe a história da cidade e dos munícipes.

Figura 03: Igreja N° Senhora da Guia no ano de 1962



Igreja da Paróquia de N.ª. S.ª. da Guia, Município de Queimadas.

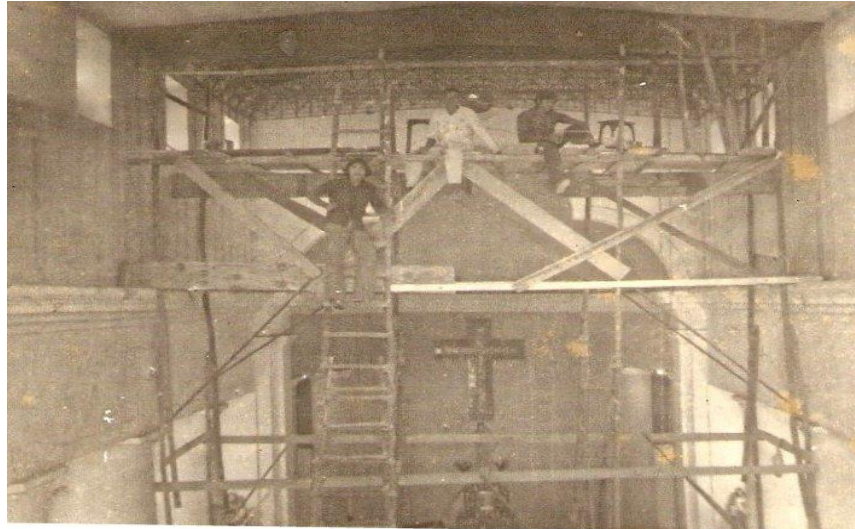
Fonte: Blog Tataguaçu. <https://tataguassu.blogspot.com/search/label/Hist%C3%B3ria>

Acesso em: 12jan.2022.

Santos (2019) evidenciou que a mobilização e as obras para a conclusão da paróquia se estenderiam por anos. A mesma passou por uma reforma no ano de

1904 e outra em 1970, como retrata a figura 04, mesmo assim ela continuou com sua arquitetura original. Entretanto, no de 2003, durante uma reforma, o teto da igreja caiu, destruindo bancos, ficando só a fachada da arquitetura original.

Figura 04: Reforma da Igreja N° Senhora da Guia - 1970



Fonte: Blog Tataquaçú

<https://tataquassu.blogspot.com/search/label/Hist%C3%B3ria>

Acesso em: 12 de jan.2022.

Nos primeiros anos do século XX não havia na Paraíba uma política educacional orientada pelo Estado nem pelos municípios. Diante deste cenário o Governo Federal e o governador Camilo de Holanda decretaram o estabelecimento de normas disciplinares e a instrução pública no estado para a construção de escolas nos interiores.

Lopes (2015) afirmou que o município de Queimadas foi beneficiado por este Decreto uma vez que em 1924 foi implantada uma unidade chamada *Cadeira Mista Rudimentar de Queimadas*, uma escola multisseriada que trouxe grandes benefícios para a população queimadense, uma vez que os pais tiveram oportunidade de matricular seus filhos em uma instituição para ter acesso à educação em sua cidade.

Destaca-se que o acesso à educação primordialmente estava sob custódia de fazendeiros que contratavam o serviço e um tutor se alojava em sua casa, nos sítios onde havia um arremedo de escola. O tutor era responsável por ensinar as primeiras letras às crianças e, na rede amizade, estendia o serviço para o agregado mais próximo. Havia também a figura do “professor avulso” que mantinha “aulas particulares” em sua residência, atendendo aos alunos. Nos dois casos o ensino era

básico e muitas famílias não tinham condições de manter os filhos com acesso às aulas.

Deste modo, a construção de instituições escolares acarretou uma mudança na mentalidade das famílias em relação à educação dos filhos, aumentando o número de matriculados. A população passou a cobrar dos poderes públicos o acesso à educação para as comunidades, onde o acesso anteriormente era restrito a fazendeiros. Assim, entre os anos de 1965 e 1966 a cidade apresentava unidades escolares, a maioria em sítios, em casas dos próprios professores e em espaços cedidos pela Prefeitura.

Outro importante patrimônio material educacional da cidade é grupo escolar José Tavares. Este foi o primeiro prédio construído na cidade para fins educacionais. O mesmo foi construído no ano de 1937, erguido em um terreno doado pela igreja católica local, foi uma das primeiras escolas da cidade.

A este respeito Lopes (2015) escreveu que a escola inicialmente tinha duas salas e cinco turmas funcionando os três turnos. A figura 05 abaixo retrata a escola e a turma de 1947. A mais antiga escola da cidade foi o espaço que deu início à utilização de verbas do Estado na região para a construção de unidades escolares. Ela continua em atividade, resistindo ao tempo, marcando a memória afetiva da população com seus eventos e feiras de ciências, além da participação nos desfiles cívicos. Eventos que são testemunhados por toda comunidade.

Figura 05: Escola José Tavares 1937



Fonte: Blog Tataguaçu

<https://tatuquassu.blogspot.com/search/label/Escolas>

Acesso em: 13 de jan.2022.

As escolas inicialmente só atendiam aos anos iniciais, o que hoje corresponde ao ensino fundamental. Entretanto, esse cenário foi modificado por volta do ano de 1965, quando foi fundado na cidade o Ginásio Comercial do Município de Queimadas – PB. Este abriria suas portas para a educação secundária, o qual, no ano seguinte, em 1966, com o afastamento de Maria Dulce Barbosa dos cargos políticos, mudou sua nomenclatura para Ginásio Comercial Maria Dulce Barbosa.

Maria Dulce Barbosa foi a primeira vereadora de Campina Grande-PB entre os anos 1947 e 1959, em seguida a primeira prefeita eleita do Município de Queimadas - PB, sendo a primeira prefeita mulher, foi pioneira nos cenários da política e educação na Paraíba, fundadora do primeiro colégio secundário do município de Queimadas, foi protagonista de rememoradas contribuições para os habitantes da cidade. A autora Silva (2018, p.26) afirmou que:

O Colégio Maria Dulce Barbosa possuía códigos de conduta e o rigoroso controle dos corpos que eram viabilizados através das práticas educativas de sua mantenedora se tornariam uma marca da instituição, onde os discentes eram vigiados constantemente, como também instruídos a se portarem de acordo com as regras da escola.

O colégio Maria Dulce Barbosa marcou as narrativas de memórias educacionais como escola, com práticas educativas de normalidade sócio-moral e de policiamento da saúde do corpo, com regras estabelecidas e policiadas. Constituindo um marco importante para a história educacional da cidade. Sua construção se tornou um patrimônio educacional: o Colégio Maria Dulce Barbosa foi uma das instituições pioneiras no estabelecimento do ensino médio, possibilitando a permanência de inúmeros habitantes na cidade para a sua formação escolar.

Ademais, o prédio apresentado na figura 06 abaixo é local onde a antiga instituição funcionava e constitui uma das principais edificações patrimoniais da cidade. Infelizmente a escola encerrou suas atividades nas antigas instalações no ano de 2008, mas deixou como marca sua trajetória e seus benefícios para população.

Figura 06: Colégio Maria Dulce Barbosa



Fonte: Blog Queimadas Cultural

https://queimadascultural.blogspot.com/p/historia-da-cidade_14.html

Acesso em :13 de jan.2022.

Neste mesmo ano, de 1965, a cidade passou por algumas mudanças. Anteriormente predominante rural, ela teve em sua zona urbana um aumento populacional em consonância com o comércio, bem como com o funcionamento da feira de Queimadas que era realizada aos domingos e passou ser aos sábados. Lopes (2015, p.110) escreveu: “Essa mudança fora um ação do Padre João Bosco, que era uma velha ideia do Clero, não satisfeitos com a divisão dos fieis com os feirantes” o que demonstra a influência religiosa na cidade.

Diante das novas configurações vale destacar que, em face do crescimento da população e aglomeração e desordenamento da área central, o local que a feira estava inserida passou por reestruturação e modernização. Tavares (2015) ressaltou que o poder público, na tentativa de atender à população e aos feirantes, fez com que a mesma fosse transferida para Mercado Público Municipal. Foi então inaugurado, em 1965, o Mercado Público Municipal, denominado Dom Vital, obra idealizada por Dulce Barbosa e concretizada por Jose Ribeiro. A mesma se iniciou em 1964 fazendo parte do projeto de expansão do perímetro urbano da cidade.

O local escolhido para a construção foi a rua Jose Maia, na propriedade de Eptácio Maia.

A configuração do espaço não tem apenas importância econômica, com troca e venda de mercadorias, é também um lugar de memória social da cidade e dos municípios. Este patrimônio material é palco da cultura popular e de fenômenos sociais: da culinária típica, da musicalidade, dos eventos culturais e emboladas de coco.

Voltando um pouco para a questão da educação, ainda a respeito das instituições escolares de Queimadas, o colégio Ernestão⁶ começou a funcionar em 1975, na gestão de Tião do Rego. A princípio a unidade escolar possuía configurações municipais, mas em sua grade curricular contemplava o curso ginásial. Sem ter sede própria, inicialmente funcionava no prédio da escola Municipal Veneziano Vital do Rego.

Atualmente a escola está localizada na Avenida Severino Bezerra de Cabral. Segundo (2015, p.193) afirmou que a construção e a inauguração da instituição na atual localização ocorreram em 1975. Ela foi um marco para cidade: dotada de nove salas, ampliava a capacidade de matriculados, contemplando inúmeras famílias que passaram a ter acesso à educação.

Em se tratando de outros patrimônios da cidade, observamos que esta possui um rico patrimônio cultural que vai desde edificações que remontam aos séculos XIX e XX e também uma significativa parcela da Serra de Bodopitá, que possui diversos espécimes vegetais e sítios arqueológicos pré-históricos. A serra de Queimadas - PB oferece vista espetacular. Essa beleza é retratada em cordéis, poemas como o de Paulo Epifaneo:

Queimadas, tu és bonita
 Aquele que te visita
 Não te esquece jamais. [...]
 Tua bela cordilheira
 Sinuosa e sobranceira
 Onde o Sol da cor do ouro
 Quando nos últimos desmaios
 Beija com teus últimos raios
 A linda Pedra do Touro

⁶ Atualmente denominado de ECIT Francisco Ernesto do Rego, ela é tida como modelo de escola pública, modelo implantado na Paraíba em 2016 que tem como proposta o funcionamento em tempo integral e técnicas que têm como objetivo a formação de jovens para a atuação no mercado de trabalho.

Paulo Epifaneo, cronista e poeta conhecido no município, autor do hino da cidade ressaltava em seu poema intitulado *Queimadas*, a paisagem vista por um visitante ao chegar à mesma e a beleza da Serra de Bodopitá, bem como a beleza do sítio arqueológico da Pedra do Touro, que provoca em muitos a curiosidade para conhecer um pouco mais sobre a história e os patrimônios da cidade, entre eles os patrimônios arqueológicos.

A serra de Bodopita apresenta diversos sítios arqueológicos de uma beleza espetacular. Grande porcentagem dos munícipes não tem conhecimento acerca de sua existência e importância. Pequeno (2014) afirmou que os sítios arqueológicos são ricos patrimônios históricos e ambientais, com registros de presença de povos nativos de aproximadamente 3 a 6 mil anos. De acordo com Brito, Santos e Oliveira (2006) as primeiras pesquisas foram feitas pelo pesquisador Leon Francisco Rodrigues Clerot, entre 1940 e 1960.

Entre os sítios arqueológicos presentes no município, o sítio arqueológico da Pedra do Touro se insere no vértice da Serra de Bodopitá, se localizando há cerca de um quilometro ao norte da sede do município. Ele é formado por matacões graníticos com painel rupestre, com pinturas que, segundo a distribuição (Martin (1997)) pertencem à tradição Agreste. Conforme mostra a figura 07 abaixo:

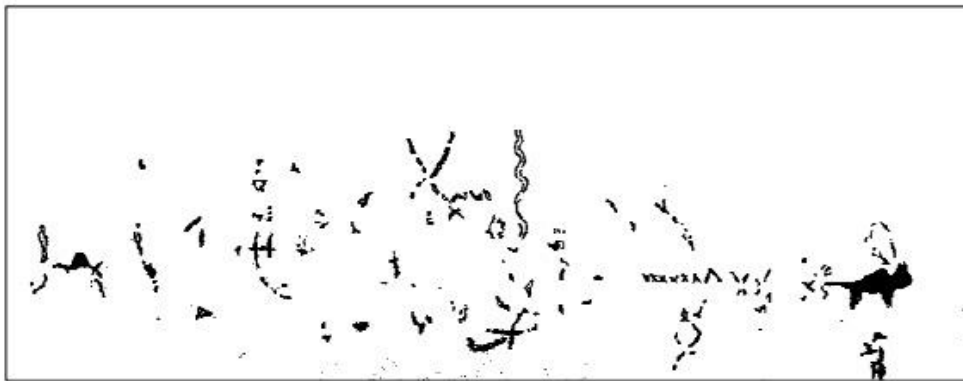
Figura 07: Sítio Arqueológico Pedra do Touro



Fonte: Blog Tataguaçu
<http://www.blog.tataguassu.com.br>>
Acesso em: 13 de jan.2022.

Em relação aos elementos representados por figuras na matacão “no bloco das pedras”, encontram-se representações de um Zoomorfo com leve saliência lombar e chifres, que remete a uma discussão no que concerne à denominação “Pedra do Touro”, na qual uma pintura apresenta semelhanças com o dorso e os chifres bovino, evidenciado na figura 08. Entretanto, segundo Brito (2008) não havia ocorrência deste animal na América do Sul. A figura 08 abaixo mostra o painel:

Figura 08: Painel esquemático do sítio Pedra do Touro



Fonte: PROCA, 2005.

Em relação ao Programa de Conscientização Arqueológica – PROCA, ele é uma Organização Não Governamental - ONG criado em 1995 com o objetivo basilar de preservar os monumentos pré-históricos do Estado da Paraíba, sua primeira atividade no município de Queimadas ocorreu em 1997 e teve o respaldo do então ex-vice prefeito e professor José Miranda.

Vale destacar, que o sítio arqueológico assim como os patrimônios históricos, artísticos e culturais da cidade vem, ao longo dos anos, sofrendo com as depredações. Deste modo, a preservação e também a educação patrimonial são de extrema importância uma vez que utilizando elementos culturais e materiais de outro tempo evidenciamos que o passado e também a história não é algo distante, que o ensino de história é valorativo de saberes e da memória coletiva.

Deste modo, a seleção do conjunto patrimonial aqui apresentado para campo de pesquisa e estudo deu-se considerando a importância destes patrimônios: por se tratar de um conjunto de bens culturais materiais, de conhecimentos e realizações de uma comunidade, acumulados ao longo de sua história, que conferem os traços de sua identidade, fundamentada na vida da sociedade, marcada por seus

costumes, comportamentos e elementos associados à constituição de uma memória coletiva.

É por meio da memória que nos orientamos para compreender o passado, o comportamento de um determinado grupo social, uma cidade ou mesmo uma nação. O estímulo da memória também contribui para a formação da identidade, a retomada de raízes e a compreensão a respeito da situação sociocultural de um povo. Assim, os patrimônios arqueológicos, educacionais, históricos e culturais são formadores de memória e de identidade histórica e são referências de interesse para a história local.

Diante do exposto, podemos perceber que a memória, a história local, bem como o patrimônio histórico são complementares entre si e que as práticas educacionais patrimoniais são de interesse da história local. Assim, para que o cidadão e aluno entenda a importância do patrimônio é preciso que eles compreendam a sua história local. Tendo em mente que grande parte do conhecimento se constrói no meio do espaço escolar, o desenvolvimento de práticas pedagógicas que apresentem a educação patrimonial e o patrimônio histórico material da cidade de Queimadas - PB torna-se uma importante abordagem na sala de aula de história e na aprendizagem da história local.

3.2 O saber histórico escolar e a abordagem em torno da história local: educando pelo patrimônio de Queimadas - PB

Não se aprende História apenas no espaço escolar. As crianças e jovens têm acesso a inúmeras informações, imagens e explicações no convívio social e familiar, nos festejos de caráter local, regional, nacional e mundial (BRASIL, 1998, p.37).

Tomando como pressuposto a citação acima, percebemos que a prática educativa, enquanto saber histórico, não se realiza apenas no espaço escolar, dentro/fora da escola, ela está intrínseca nas vivências sociais e históricas da sociedade. Neste tópico abordamos sobre os patrimônios materiais históricos da cidade de Queimadas - PB na abordagem da sala de aula de História e na aprendizagem de história local.

No ensino e aprendizagem em História, a história local pode ser inserida na escola por intermédio dos patrimônios, exemplos da cultura material que se

encontram na própria escola, na sala, no bairro e na cidade, o que permite a compreensão de outras experiências sociais de diferentes temporalidades. Deste modo, a incorporação deste tema no ensino, pautada em recorte histórico local e do patrimônio material permite uma aprendizagem que coloca o aluno como sujeito cognoscente, ou seja, compreendendo-se como sujeito histórico.

Compreender que a prática educativa pode ser trabalhada a partir das vivências humanas, do ensino de história local, bem como do ensino patrimonial nos permite proporcionar uma relação direta entre o aluno e o objeto de estudo: são histórias contadas por seus pais e avôs, são prédios em seus bairros que permitem ter contato com a história e com os protagonistas, do passado ou do presente, da história no meio social próximo, o que torna a educação algo significativo.

O ensino de história local por intermédio do patrimônio material permite que o ensino de História seja aprendido com análise de objetos materiais: prédios, sítios arqueológicos e casas que são frutos da memória da cidade. Estes monumentos são diferentes lugares de memória, fontes de vestígios do passado, da história da sociedade.

O ensino de História que engloba a multiplicidade de expressões dos bens materiais possibilita o desenvolvimento da aprendizagem do seu entorno, permitindo o desenvolvimento de habilidades que vão além da memorização dos conteúdos: elas permitem o reconhecimento acerca da memória e dos patrimônios da cidade. Assim, os estudantes, ao vislumbrarem os patrimônios históricos e culturais, podem compreender que estes são portadores de significados.

Neste sentido, o ensino de História articulado à história local, permite relacionar os saberes históricos com o mundo social e os patrimônios existentes, preparando os sujeitos alunos para discutirem sobre esta pauta e temática importante na educação.

No trabalho docente e na construção da aprendizagem histórica escolar a discussão sobre os elementos da história local é importante para conhecimento acerca da sua localidade. Assim, o conhecimento acerca dos patrimônios históricos e culturais da cidade de Queimadas - PB contribui para a cidade e para os estudantes da educação pública e privada, pois permite que estes tenham conhecimento dos patrimônios inseridos na sua cidade e reconheçam a sua importância.

Fazemos isto, por exemplo, ao trabalhar a história local relacionada com a Igreja Nossa Senhora da Guia como patrimônio religioso da cidade e compreender que esta faz parte da história dos cidadãos e cidadãs de Queimadas – PB, que este é um lugar de memória individual e coletiva. Vale salientar que analisar a história a partir do viés religioso permite, por exemplo, verificar que, em inúmeras cidades, há um ascendente crescimento pela construção da igreja padroeira do lugar, sendo esta construída no Centro, proporcionando o crescimento da cidade, pois as construções vão surgindo em seu entorno.

Assim, é importante que os professores busquem discutir esse patrimônio, uma vez que o mesmo está intrínseco na história da cidade e faz parte da memória social e religiosa. Ele está presente nas memórias atreladas a casamentos, a batismos, a missas, à festa da padroeira e a datas comemorativas que marcam depoimentos e marcam o cotidiano da população. Destaca-se que, além das relações sociais, identificadas como lugares de memória, as suas edificações constituem patrimônios materiais arquitetônicos importantes para a história da população.

Vale enfatizar que a cidade abriga outros importantes patrimônios religiosos, apresentando uma infinidade de diversidades de expressões e denominações religiosas existentes. Entretanto, neste trabalho, o patrimônio evidenciado é a Igreja Nossa Senhora da Guia, por se configurar um marco na religiosidade local, por possibilitar a explicação acerca da origem da cidade e do crescimento populacional, possibilitando, por intermédio do patrimônio, o ensino de história local.

Em termos de patrimônio, as construções, os monumentos, as escolas tem, em sua face, inúmeros valores significativos, sejam valores democráticos entre direitos e deveres assegurados pela educação, sejam na memória oral dos alunos que foram matriculados na instituição, sejam em fotografias e na memória social da população.

Deste modo, o patrimônio educativo representado pela escola Jose Távares faz parte da história da cultura escolar da cidade Queimadas - PB, configurando-se como o primeiro prédio construído na cidade para fins educativos, ele inicia transformações dos espaços e da assistência e acesso à educação na região.

A escola como lugar de memória e de patrimônio é significativa no aprendizado de história local na sala aula por possibilitar a reflexão da importância

do lugar, da transformação dos espaços, das mudanças arquitetônicas. Estes são exercícios que proporcionam a percepção sensorial do aluno e que possibilitam a exploração, a investigação e a conclusão de que espaços ímpares se constituem patrimônio e bens culturais e fazem parte da memória e da história de sua cidade.

Continuamos abordagem da história da educação da cidade de Queimadas e da escola como patrimônio histórico e educativo da cidade ressaltando como patrimônio material escolar o colégio Maria Dulce, o primeiro colégio da cidade que contemplava o ensino das séries iniciais e o ensino médio. Ele constitui um espaço de memória apresentando uma dimensão significativa que traz em si laços pessoais, culturais e comportamentais.

Para o campo do ensino de História, o Colégio Maria Dulce e suas instalações que configuraram uma das principais primeiras edificações da cidade, um dos antigos casarões, é um importante patrimônio educacional. Essa instituição marcava a educação da cidade pelo viés de conduta de regras impostas que o cidadão deveria seguir. A autora Silva (2018, p.40) afirmou:

O Colégio Maria Dulce Barbosa passa a ser observado como um espaço privilegiado para atuar tanto na instrução de jovens como ainda na interiorização de hábitos, condutas e valores que pudessem dar suporte à sociedade em construção.

Assim, partindo da citação, podemos evidenciar a importância da instituição para a construção da sociedade e, ao trabalhar este patrimônio em sala de aula e trazer a problematização dos códigos de condutas estabelecidos e também trabalhar a transformação do ensino, possibilitamos a reflexão sobre os efeitos disciplinadores nos indivíduos e sobre os parâmetros de ensino e de aprendizagem que eram os modelos de uma escola padrão para a população e a sociedade, e possibilitamos ao aluno entender que este patrimônio material é um lugar de memória importante para a compreensão da história local.

Ademais, é importante trazer essa abordagem para o campo do ensino de História e memória e também trazer à tona o trabalho e a trajetória de Maria Dulce Barbosa: descendente dos primeiros habitantes da região, Maria Dulce foi umas primeiras professoras do primeiro grupo escolar de Queimadas. Ela foi pioneira na participação política feminina na Paraíba, sendo a primeira mulher eleita como

vereadora no Estado, entre 1951 a 1952 e nos anos posteriores, ocupando em 1962, o cargo de primeira prefeita da cidade de Queimadas.

No campo educacional Maria Dulce, como professora, lecionava em seu próprio colégio aulas de História. A mesma viabilizava bolsas, oferecendo a oportunidade àqueles que não podiam custear as despesas dos estudos. Dulce exercia uma forte influência social, política e histórica na cidade, assim também era seu colégio, como patrimônio educacional, que leva o seu nome, por marcar a sua trajetória e ser marco na história e na cultura educacional da cidade.

Outro patrimônio material que permite o ensino de História bem como o ensino de história local significativo é o Mercado Público Municipal de Queimadas. A sua constituição e a sua trajetória como espaço está diretamente relacionada com a história da sociedade. O mercado público consiste em um intercâmbio de produtos e de cultura que, por vezes, são encontrados na cidade desde a antiguidade perdurando até os dias atuais, marcando a história de inúmeras famílias, de trabalhos e das memórias de vida. É um espaço de sensibilidades e de memória social.

Este espaço possui ampla interação entre comerciantes e moradores. São lugares que, em sua trajetória histórica, respondiam às necessidades de abastecimento da população urbana e das regiões rurais mais próximas. É um espaço de socialização que contribui para que este patrimônio seja palco de articulações políticas, territoriais e econômicas da sua região de influência, prestando o papel de verdadeira referência urbana e de vitalidade nas cidades.

Deste modo, ao trabalhar o Mercado Público Municipal, a feira, em sala de aula, significa compreender que estes são espaços de saber que permitem que o aprendizado histórico alcançado no ensino de história local contribua para uma educação diversa, para a constituição de uma identidade social e para a percepção cultural, contribuindo para um ensino de história reflexivo, analisando as relações de poder, as memórias e as vivências.

É importante refletir sobre os patrimônios históricos e arquitetônicos presentes em sua localidade e sobre sua notoriedade, bem como sobre os esquecimentos, compreendendo, sobretudo, que as experiências humanas nos espaçam, que residem e produzem cultura. Esse exercício atribui ao ensino de História um olhar reflexivo que produz questionamentos e problematizações do mundo social.

Deste modo, novamente voltando o olhar para os patrimônios educacionais evidenciamos a trajetória do “Ernestão”, bem como das outras instituições evidenciadas nessa pesquisa, o que nos faz pensar na influência destes patrimônios na aprendizagem e na socialização do aluno.

O atual ECIT Francisco Ernesto do Rego, criado em 1974, é uma referência na história da educação da cidade de Queimadas, configurando-se uma das maiores escolas e redes de ensino da cidade. A instituição contou e conta sua história com sua elevada taxa de alunos matriculados e é palco de inúmeras memórias. É um espaço de experiências, por meio de suas redes de significados pessoais e coletivos.

Deste modo, trazer o patrimônio material e educacional para a sala de aula significa contribuir na construção de uma diversidade de interpretações dos eventos ocorridos neste espaço e pensar sobre como a instituição foi assimilada pela população em suas trajetórias históricas e pensar na sua importância e nas experiências ali concretizadas. Essas experiências são necessárias para a preparação do aluno para a vida em sociedade, o tornando um indivíduo amigável e sensível com as diferenças que os cercam na vida social.

Entre os patrimônios materiais significativos, há um que interage com o meio ambiente presente na cidade de Queimadas: o sítio arqueológico da Pedra do Touro abriga vestígios históricos apresentando um painel rupestre que contempla registros de antepassados e exibe uma pintura zoomorfo, ou seja, com formas de animais, que exterioriza hábitos culturais, alimentícios e de animais presentes à época. Ademais, por se localizar próximo ao centro urbano, é possível contemplar uma paisagem belíssima, sendo possível ver um panorama dos municípios de Queimadas e Campina Grande-PB.

Assim, é possível contemplar, no ensino de História, bem como no ensino de história local, na sala de aula, o patrimônio arqueológico Pedra do Touro, e desenvolver uma formação cultural propondo o conhecimento acerca do patrimônio cultural local e da importância da sua preservação. Fazendo isto, podemos vislumbrar a história da vida cotidiana, privilegiando novos objetos e sujeitos, revisitando memórias, envolvendo variados espaços e territórios, de temporalidades diversas, na perspectiva da compreensão das relações sociais que são geradas nesse espaço.

Deste modo, ao propor trabalhar, no ensino de História, os patrimônios locais, e propor educar contemplando a vivências e as experiências de grupos historicamente vinculados ao município, e ainda debater sobre estes temas e suas relações, podemos evidenciar, nos alunos, os sentimentos que estes nutrem por aquele patrimônio que historicamente é representante da história do passado, mas que a percepção de sua importância para a sociedade se dá no tempo presente.

Trabalhar o conjunto patrimonial da cidade Queimadas em sala de aula significa propor o desenvolvimento do conhecimento sobre sua região, e propor reflexões sobre o conhecimento educacional, político, social e cultural através dos acontecimentos históricos e apresentar, pelos patrimônios e pela história local, os diferentes sujeitos históricos e as múltiplas dimensões que o local abriga.

Revisitando a memória e os patrimônios presentes na sociedade, o ensino de História contribui para a constituição da identidade social atrelada à noção de pertencimento. Ao conhecer o objeto de estudo, o aluno articula com suas vivências à história da sua região e se torna agente que investiga a sua própria história. Desta maneira, o professor, ao chamar a atenção dos estudantes para o seu entorno e para os patrimônios ali constituídos, proporciona uma aprendizagem que convida o alunado a pensar nas memórias, na compreensão do passado e das relações que estes espaços têm com a sociedade da região.

Partindo da compreensão de que a educação não é meramente transmissão de conhecimentos, ela é sim uma construção, o ensino de História, bem como o ensino de história local, discutido por meio do conjunto de patrimônios materiais apresentado, permite que o ensino de História seja reflexivo e crítico uma vez que não se trata de algo distante, no qual caberia aos educandos decorar os fatos e memorizar os feitos que seriam apenas reproduzidos quando o professor solicitasse uma prova ou um trabalho. O ensino de História implica em apresentar fatos históricos que tem significados para o aluno, contribuindo para uma educação cidadã.

Nossa compreensão é a de que assim agindo, o ensino de História possibilita uma aproximação do aluno com seu contexto, com sua história, proporcionando a consciência de sua identidade social. Debater sobre os patrimônios locais e sobre história local é pensar no conhecimento em sala de aula que geraria o reconhecimento do lugar, bem como contribuiria para a construção do sujeito social.

Contudo, ao discutirmos os patrimônios materiais de Queimadas e suas relações com a memória bem como com a história local, e ao admitirmos a importância do ensino de História no exercício de formação da cidadania permitimos que a educação escolar ultrapasse barreiras e desenvolva sensibilidades e a consciência dos educandos os aproximando do vínculo com as gerações que o antecederam no tempo histórico que as acompanha e criando a percepção de como os patrimônios são importantes no processo de ensino-aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre memória e o patrimônio material de Queimadas como algo educativo é um viés importante para educar a partir do ensino de história local e da educação patrimonial que traz consigo a possibilidade de conscientizar a população da importância de conhecer a cidade, e a escola e o ensino de História tem um papel relevante neste aspecto porque contribui para proporcionar uma leitura do mundo transposta a situações cotidianas e promover a inserção da própria população como personagem da história.

Considerando os elementos supracitados temos que, inegavelmente é importante, neste campo de ensino, na contemporaneidade, estabelecer as relações entre a memória e o patrimônio no ensino de história local no sentido de contribuir e provocar a participação da comunidade na identificação, reconhecimento e preservação de seu patrimônio cultural através da valorização da história do seu entorno, acarretando novos olhares sobre a localidade.

Compreendendo, que ensino de História na educação básica deve propor medidas que auxiliem na construção da identidade, a disciplina deve utilizar-se de instrumentos para além daqueles que estão predispostos com o intuito de mobilizar a percepção em relação ao passado, buscando analisar também um tempo imediato e familiar, incorporando os patrimônios culturais, materiais e imateriais da sua localidade, o que possibilita uma melhor percepção do mundo.

Neste sentido, urge compreender que o ensino de História é construído nos diversos espaços sociais e temporais, pois incorpora e estabelece relações entre identidades individuais, sociais e coletivas. Urge também identificar que os patrimônios materiais, arqueológicos, naturais, educacionais e religiosos da cidade podem ser referências para o ensino de História e o ensino de história local.

Assim, este estudo possibilita perceber que estes assuntos são essenciais para a formação do alunado, assim como para a construção do próprio currículo escolar e para promover dinâmicas de ensino e aprendizagem no município de Queimadas auxiliando, desse modo, na criação de inúmeras possibilidades para a preservação de patrimônios edificantes e para a própria história local.

Posto isto, esta discussão é pertinente para o campo escolar e para o campo acadêmico uma vez que trabalhamos com discussões acerca do ensino de História, de história local e de educação patrimonial e visamos compreender a memória e suas várias possibilidades de representação, construção e ressignificação, tanto a coletiva como a individual, e o papel das imagens como parte delas e produtora da memória e da ressignificação ao longo do tempo.

Por fim, ressaltamos que o espaço da escola é um lugar de possibilidades, um campo propício para experiências educativas que podem produzir saberes para a vida. E, ao conferir significado aos conteúdos ministrados em sala, o estudo histórico desempenha papel importante na medida em que abrange a reflexão social do aluno sobre o ambiente em que convive e permite que este entenda a historicidade do local, estabelecendo vínculos com diversas gerações e culturas que o circundam, ou seja, compreendendo a história de sua cidade e dando voz aos sujeitos de forma que ele desenvolva a sua própria análise de sua realidade, dando significado à aprendizagem, construindo suas memórias coletivas, adquirindo o sentimento de pertencimento ao lugar e assumindo sua identidade social.

REFERÊNCIAS

ARARUNA, Disponível em: <http://www.araruna1.com/>: Acesso em: 12 Dez. 2021.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1988.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Contribuições para pensar, fazer e ensinar história local**. Tese de doutorado em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Natal: UFRN, 2005.

BARROS, José D' Assunção. **A expansão da História**. São Paulo: Vozes, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ªed. São Paulo:Cortez, 2008, p.162-173.

BOURDIN, Alain. **A questão do local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL, BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. 17Cf. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental>. Acesso em: 10 Out. 2021.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**, disponível em: [/www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_215_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_215_.asp). Acesso em: 05 Set. 2021.

BRUNO, C. Por um mundo mais justo.,caderno de sábado, 1991, p.3.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo - UNESP: Estação Liberdade, 2006.

CRIATIVA, Paraíba, Disponível em: <http://www.paraibacriativa.com.br/> Acesso em: 17 Dez. 2021.

FERREIRA, Danielle da Silva. **O patrimônio cultural pernambucano nos Livros didáticos de História Regional: tecendo a formação histórica nos anos iniciais da educação básica**. Dissertação de Mestrado. (Programa- Mestrado em historia social da Cultura Regional) Universidade Federal Rural de Pernambuco 2015.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis Editora, 2007.

FOCO, Queimadas; Disponível em <http://queimadasnofoco.blogspot.com/>. Acesso 16 Dez. 2021.

FREITAS, Tiago dos Santos. **Entre o Tradicional e o Moderno: Símbolos da Modernidade em Queimadas (1950-1980)**. Monografia (graduação) Curso de Licenciatura plena em História - Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINE, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A.; MENEZES F. Lúcio. **Cultura material histórica e patrimônio**. Campinas: IFCH/ UNICAMP, ed. Coleção Primeira Versão n. 120, p. 01-66, 2003.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: **Memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**. vol, 22, n 36. p.230 a 280. Belo Horizonte, 2006.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

JOHN, Nara Marlei. Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural. **Anais do XI Encontro Estadual de História, Memória e Patrimônio**, [s. l.], 27 jul. 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**: Volume I, Lisboa: Edições, 1998.

LOPES, José Ezequiel Barbosa. **Terra Tataguáçú**: Retalhos da história de Queimadas. Queimadas: Cópias e papéis, 2015.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Reflexões sobre História Local e produção de material didático**. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. (org.). Natal: EDUFRN, 2017. Cap.02. p. 57-81.

MAZZUCCHI FERREIRA, Maria Letícia. Patrimônio: Discutindo Alguns Conceitos. **Dialogos**. Maringa, vol 10, núm. 3, 2006, pp. 79-88.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a Problemática dos lugares.** Revista Projeto História. São Paulo:Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP, nº 10, 1993.

NUNES, Neila Ferraz M. História local: conceito, trajetória, razões e desafios. **Revista Científica Multidisciplinar.** UNIFLU, v. 5, n. 2, jul./dez., [s. l.], 8 dez. 2021.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um percurso docente.** 1ª ed. Jundai,SP: Paco Editorial, 2017.

PEQUENO, Odoberto Cândido. **Práticas preservacionistas na esfera do patrimônio arqueológico de Queimadas PB.** Trabalho de Conclusão.Curso licenciatura em História, Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

PEREIRA, Marielle Rodrigues. **O Real, o apresentado e o referenciado: um estudo no centro histórico de Porto Nacional – To.Tocantins:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

POLLAK, Michel. **Memórias e identidade social.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1992.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores.** São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

PRM - Serviço Geológico do Brasil. Diagnóstico do município de Queimadas, estado da Paraíba. IN: **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea.** MASCARENHAS, João de Castro; BELTRÃO Breno Augusto, SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de, MORAIS, Franklin de, MENDES, Vanildo Almeida, MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato de (org.). Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

ROLIM, ELIANA DE SOUZA. Patrimônio Histórico, Memória, História e Construção de Saberes. **Anais do XVII Simpósio Nacional de História,** [s. l.], 24 jul. 2013.

SANTOS, Eduarda da Silva. **A Festa de Reis em Queimadas - PB: Cultura e Memória entre 1990-2019.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Estadual da Paraíba, 2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. O trabalho histórico na sala de aula. **Revista História Ensino,** Londrina, v.9, p.219, out. 2003.

SILVA, Ana Cláudia Feliciano da, **Desenhando Corpos, lapidando mentes:educação e praticas educativas no colégio Maria Dulce Barbosa em Queimadas-PB (1965-1985).** Trabalho de Conclusão.Curso licenciatura em História, UniversidadeEstadualdaParaíba,2018.

SILVA, Diego Gomes da. **Patrimônio: herança ou interesses?** Um estudo sobre a política cultural aplicada ao patrimônio cultural de Pernambuco (1979-2010). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, [S. l.], 2015.

SÔNEGO, Marcio Jesus Ferreira, **A Fotografia Como Fonte Histórica**, Rio de Janeiro: Historie ,2010.

SOUZA, Willian Eduardo Righini De; CRIPPA, Giulia. A Materialidade do Patrimônio Intangível. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, [s. l.], 30 out. 2015.

TATAGUAÇU.Queimadas. Disponível em: <<http://www.blog.tataguassu.com.br>>. Acesso em: 12 Dez. 2021.

TAVARES, Luciana Teófilo. **A relocação da Feira Central de Queimadas - PB:** os problemas advindos com esta ação municipal. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de. Licenciatura Plena em História. Universidade Estadual da Paraíba. 2015.

TORRE, Ângelo. A Produção histórica dos lugares. In: VANDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (orgs). **Micro História – um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.